Artigo original

esboços
histórias em contextos globais

O INDIGENISMO DE JOHN COLLIER E MOISÉS SÁENZ E AS ORIGENS PROGRESSISTAS DO INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1933-1941)

The *indigenismo* of John Collier and Moisés Sáenz and the progressive origins of the Inter-American Indian Institute

Natally Vieira Dias [a]
https://orcid.org/0000-0003-3019-2317
E-mail: natyvdias@gmail.com

Guilherme Gomes dos Santos [a]
https://orcid.org/0000-0002-4551-1731
E-mail: guilhermegomessantos1995@gmail.com

[a] Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História,
Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

O presente artigo analisa a conexão intelectual desenvolvida ao longo da década de 1930 entre o mexicano Moisés Sáenz, um dos mais importantes indigenistas do México pós-revolucionário, e o estadunidense John Collier, então Comissário de Assuntos Indígenas de seus país. Mostramos que as influências mútuas dessa relação estiveram na base da construção de um indigenismo progressista que, no âmbito estadunidense, norteou a transformação das políticas públicas para os povos nativos e, no cenário continental, foi responsável pelo projeto original do Instituto Indigenista Interamericano, sediado no México. A análise se desenvolve no campo da história intelectual e baseia-se no paradigma relacional, a partir da perspectiva transnacional.
PALAVRAS-CHAVE: Indigenismo. Conexão intelectual entre John Collier e Moisés Sáenz. História Transnacional.

ABSTRACT

The current article analyzes the intellectual connections developed throughout the 30s between the Commissioner of Indian Affairs of USA, John Collier, and the Mexican Moisés Sáenz, one of the most distinguished indigenistas of the post-revolutionary Mexico. The aim is demonstrating how the mutual influences of this intellectual relationship were fundamental for the construction of an *indigenismo* characterized by respecting and valuing cultural pluralism. In the internal U.S. scenario, it led up the transformation of public policies toward indigenous peoples and, in the continental context, it originated the Inter-American Indian Institute design, located in Mexico. This analysis takes place in the Intellectual History field through a transnational perspective and using the relational paradigm methodology.
KEYWORDS: *Indigenismo*. John Collier and Moisés Sáenz Intellectual Connection. Transnational History.

Historicamente, e por razões evidentes, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina têm sido pensadas principalmente em termos de uma dominação da potência capitalista em relação às nações "ao sul do Rio Grande." Mesmo reconhecendo-se alguns momentos de inflexão nessas relações – como, por exemplo, durante o governo de F. D. Roosevelt (1933-1945) –, as ressalvas levantadas praticamente encaminham as reflexões no sentido da unilateralidade, visto que, como enfatizou Gerson Moura (1988) em trabalho sobre a penetração cultural estadunidense no Brasil do período:

> A boa vizinhança apresentava-se como uma avenida larga, de mão dupla, isto é, um intercâmbio de valores culturais entre as duas sociedades. Na prática, a fantástica diferença de recursos e difusão cultural dos dois países produziu uma influência de direção praticamente única, de lá para cá. [...] É preciso reconhecer [...] também o fato de que essa difusão cultural constituía um elemento-chave de uma construção imperialista durante a guerra e o pós-guerra (Moura, 1988, p. 9; 12, grifos do autor).

Nas últimas décadas, porém, a chamada "perspectiva transnacional", surgida precisamente entre estudiosos das relações interamericanas,[1] tem nos convidado a pensá-las de uma forma mais complexa, que permita identificar espaços e momentos de interações e intercâmbios que fogem à lógica de um sentido único moldando essas relações. Como bem destaca a brasilianista estadunidense Barbara Weinstein (2013), não se trata, evidentemente, de desconsiderar "o impacto da política, economia e cultura norte-americana no desenvolvimento histórico da região", mas sim de levar em conta que também "é impossível entender a história dos Estados Unidos sem considerar as numerosas e fortes influências que envolvem a América Latina."[2] (Weinstein, 2013, p. 6.)

O presente artigo analisa uma situação histórica que evidencia a afirmação acima. Mostramos que, por um lado, a construção das políticas indigenistas oficiais estadunidenses nas décadas de 30 e 40 não pode ser adequadamente compreendida

[1] Muito embora, como mostra Saunier (2013), uma "perspectiva relacional" mais ampla que as fronteiras nacionais sempre existiu na história enquanto disciplina acadêmica, formando uma "tensão" em relação à lógica de uma "insular história nacional", mesmo quando esta última foi inegavelmente hegemônica; a expressão história transnacional é relativamente recente, remontando a fins da década de 1990. Barbara Weinstein (2013), identifica como "um bom momento fundacional" dessa perspectiva historiográfica a publicação nos Estados Unidos de um conjunto de livros de estudiosos da América Latina, em 1998, nos quais ela é adotada. A autora destaca, entre outros, a coletânea *Close Encounters: Writing the Cultural History of US-Latin American Relations*, organizada por Gilberto Joseph, Catherine Legrand e Ricardo Salvatore; e a obra *Activism Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics,* de Margaret Keck e Kathryn Sikkink.

[2] As traduções das citações em línguas estrangeiras são nossas.

sem se levar em conta sua relação com o indigenismo do México pós-revolucionário. Foi a partir da conexão estabelecida entre John Collier, então Comissário de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos, com importantes figuras políticas e intelectuais ligadas ao contexto mexicano, particularmente o educador e indigenista Moisés Sáenz, que se desenvolveram as políticas que ficaram conhecidas como *Indian New Deal.* Por outro lado, também é possível identificar na relação estabelecida entre o estadunidense e o mexicano a base da articulação do projeto indigenista continental que deu origem ao Instituto Indigenista Interamericano, sediado no México.

Nosso estudo é desenvolvido a partir dos pressupostos da história intelectual em suas relações com a história política. Partimos da concepção de intelectual proposta pelo historiador argentino Carlos Altamirano (2006), que enfatiza as relações dessa "espécie moderna" com os debates travados na esfera pública, para além de seus espaços específicos de saber. Utilizamos o "paradigma relacional" (Imízcoz, 2017) como base metodológica para analisar a conexão estabelecida entre John Collier e Moisés Sáenz. Como explica José María Imízcoz (2017; 2011), essa perspectiva envolve "uma análise de tipo indutivo, que parte da observação das ações e interações dos indivíduos como atores [históricos] efetivos", buscando identificar "suas interações para reconstruir suas configurações efetivas e explicar melhor, por essa via, sua agência histórica e os processos de mudança que constroem com sua ação" (Imízcoz, 2017, p. 67; Imízcoz, 2011, p. 99).

Esse tipo de análise apresenta-se particularmente adequado à perspectiva transnacional, cujo interesse se volta para as "relações e formações, circulações e conexões" desenvolvidas entre diferentes unidades nacionais e a forma como ocorrem. (Saunier, 2013, p. 2.) Como bem assinala Imízcoz, o paradigma relacional "ao seguir os atores que conectam, na prática, diferentes espaços", permite-nos uma aproximação "à maneira em que esses espaços se afetam mutuamente." (Imízcoz, 2017, p. 76.)

A proposta deste artigo é precisamente destacar as influências mútuas que podemos observar a partir da análise da interação entre o estadunidense John Collier e o mexicano Moisés Sáenz – que envolveu, inicialmente, a intermediação do historiador anarquista Frank Tannenbaum. Ao mesmo tempo em que essa conexão intelectual esteve na base da formulação do *Indian New Deal* no contexto estadunidense, ela também foi responsável pelo processo inicial de construção do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.), que teve no México pós-revolucionário o seu espaço central.

John Collier: de ativista a Comissário

Quando o poeta e sociólogo John Collier[3] foi nomeado pelo presidente F. D. Roosevelt como Comissário dirigente do *Bureau of Indian Affairs* (BIA), em 1933, ele já possuía uma longa trajetória indigenista que remontava ao início da década anterior. Seu contato inicial com os povos nativos ocorreu no ano de 1920, quando esteve em Taos, no Novo México, a convite da escritora Mabel Dodge, que era sua amiga e havia se casado com um indígena da região. Collier permaneceu ali por vários meses, durante os quais conheceu diversos povoados indígenas e isso teve um profundo impacto em seu pensamento.

Para ele, os povos indígenas, como os que ele conheceu no Novo México, através de seu modo de vida e estrutura social comunitária, haviam produzido em seus habitantes "estados mentais de lealdade pela terra e pelos homens", ao contrário do individualismo exacerbado, característico daquilo que considerava como uma "modernidade degenerada" e criticava intensamente. Em sua concepção, a civilização ocidental estava em crise e a própria modernidade, que, a princípio não era um problema em si mesma, havia sido degenerada pelo "homem tecnológico" (Collier, 1963, p. 127). Assim, quando conheceu sociedades indígenas tradicionais, chegou à conclusão de que elas tinham muito a contribuir para o futuro da humanidade, sendo capazes de trazer o "resgate da paixão e da reverência pela personalidade humana", algo que considerava perdido pela civilização ocidental, mas ainda presente entre os povos nativos das Américas. Essa ideia foi sistematicamente desenvolvida por ele no livro *Indians of the Americas*, que publicou após deixar o comissariado, em 1947.

Nos primeiros anos da década de 1920, o ativismo de Collier pela causa indígena teve início na mobilização contra a articulação de um projeto de lei que ameaçava a soberania das comunidades indígenas do Novo México, ao prever a legalização da posse de terras da região por não indígenas que as tivessem ocupado por algum tempo. Além da questão da terra, outra frente de sua atuação foi a defesa do respeito às tradições religiosas nativas. Ainda nos anos 20, Collier travou fortes embates contra as políticas do BIA, principalmente durante governo de Calvin Coolidge (1923-1929), quando grupos protestantes ligados à instituição buscaram proibir práticas culturais e religiosas indígenas que consideravam imorais. Esses grupos buscaram influenciar a opinião pública estadunidense acerca da suposta imoralidade dos rituais indígenas, especialmente

[3] Além da formação em Sociologia, John Collier estudou Literatura, Biologia e Psicologia. Sobre sua trajetória intelectual e atuação indigenista, consultar Santos (2021).

algumas de suas danças e cerimônias religiosas, que eles acusavam como incentivadoras do uso de alucinógenos (Philp, 1977, p. 28; 56-57).

Nesse contexto, John Collier publicou no jornal *The New York Times,* em 1923, o artigo "*Indian Dances Defended"*, criticando a pretensão de grupos religiosos hegemônicos no país de proibir a liberdade religiosa dos grupos indígenas e o apoio que recebiam do BIA (Collier, 1923, p. 6). A publicação desse texto é bastante representativa do radicalismo de sua posição em relação à defesa dos povos nativos dentro do cenário estadunidense, posto que, na época, as organizações que atuavam em prol dos indígenas normalmente limitavam-se à defesa de suas terras, muito mais do que de suas culturas ancestrais.

Em início dos anos 30, quando assumiu o posto de Comissário de Assuntos Indígenas, Collier já havia se tornado um dos mais destacados e combatentes indigenistas dos Estados Unidos, ficando conhecido como "o advogado dos índios", expressão utilizada incialmente de forma irônica por seus inimigos políticos. Em reconhecimento a sua atuação, foi nomeado por F. D. Roosevelt logo no início de seu governo e tornou-se um dos mais importantes *New Dealers*, como foram chamados os indivíduos que ocuparam posições importantes na administração pública e que partilhavam da posição intervencionista e reformista que ditou a implantação do *New Deal* (Schwarz, 1993, p. 5.). Durante a gestão de Collier à frente do BIA, a questão indígena estadunidense foi pensada a partir de um diálogo continental, inserida na lógica da Política de Boa Vizinhança, que oficialmente caracterizava as relações continentais dos Estados Unidos. Nesse período, pelo menos em relação à questão indígena, houve por parte da potência continental uma postura menos marcada pela ideia de superioridade, que historicamente caracterizou sua relação com a América Latina e, principalmente, em relação ao México.

Como mostra Wilbert Terry Ahlstedt (2015), no período do *New Deal* estadunidense houve uma importante mudança na visão de líderes políticos do país em relação ao México, passando da histórica visão pejorativa em relação ao vizinho hispano-americano para uma postura de "admiração". O próprio presidente F. D. Roosevelt e boa parte do círculo de políticos e intelectuais ligados a ele expressaram apoio e até admiração pelas reformas que estavam sendo realizadas pelo México a partir da Revolução de 1910, principalmente em relação à reforma agrária e educação rural. Ahlstedt destaca que John Collier era um dos mais entusiastas em relação ao México no período e cita outros autores que estudaram o assunto e observaram da parte do presidente F. D. Roosevelt

não só uma visão favorável em relação às reformas mexicanas, como também a percepção de que muitas delas deveriam ser "imitadas" pelos Estados Unidos. Em certa ocasião, Collier teria afirmado que "o México t[inha] lições a ensinar aos Estados Unidos em matéria de escolas e administração indígena, pois as suas [eram] revolucionárias e marca[va]m época", ao que o presidente Roosevelt teria respondido que era "uma pena que os Yankees não consegu[ia]m aperfeiçoar o processo da sua civilização através de uma imitação da cultura mexicana" (Delpar, 1992; Dwyer, 2008 *apud* Ahlstedt, 2015, p. 3).

A resposta do presidente F. D. Roosevelt é bastante significativa, pois ela mostra que a visão positiva em relação ao México que ganhava espaço naquele período, principalmente entre pessoas identificadas às propostas reformistas do *New Deal*, não era partilhada por boa parte dos estadunidenses. Como Ahlstedt destaca, apesar de que aquele foi "um momento quando muitos americanos viram o México como um país com lições a ensinar", grande parte do país continuou com seus tradicionais "pontos de vista racistas" em relação ao país hispânico (Ahlstedt, 2015, p. 3).

No caso de John Collier, seu interesse pelo México pode ser associado, em grande medida, ao que o historiador mexicano e professor da Universidade de Chicago, Mauricio Tenorio-Trillo, define como um "*radical momentum*" da intelectualidade estadunidense, ocorrido na década de 1930, em consonância com o reformismo característico daquele período. Segundo o autor, essa época foi marcada por um "redescobrimento do México" (o México pós-revolucionário) por parte da esquerda estadunidense, sobretudo a intelectualidade nova iorquina, entre a qual ele destaca a figura do historiador anarquista Frank Tannenbaum. (Tenorio-Trillo, 1991, p. 106-109). Antes de escrever *The Mexican Agrarian Revolution* (1929), que se tornou um dos maiores expoentes das primeiras análises historiográficas da Revolução Mexicana, que exaltavam seu caráter agrário e indígena (Barbosa; Lopes, 2001), Tannenbaum viajou ao México, entre 1922 e 1923, como correspondente das revistas *Century Maganize* e *Survey Graphic*. Em 1924, coordenou uma edição desta última revista em que escreveu suas impressões acerca do México pós-revolucionário da seguinte forma: "há um futuro no México, um futuro cultural que pode muito bem ser o maior renascimento do mundo contemporâneo" (Tannenbaum, 1924, p. 124).

Através de sua amizade com o historiador anarquista, John Collier foi apresentado ao indigenista e educador mexicano Moisés Sáenz que havia sido o organizador das escolas rurais mexicanas nos anos 20. Isso ocorreu no contexto em que Collier se tornou Comissário e, logo que assumiu o cargo, manifestou a ideia de que seria necessária a

ajuda de um “expert” para auxiliar na construção de soluções para a questão indígena nos Estados Unidos. Então, seu amigo Tannenbaum, grande conhecedor do México revolucionário, lhe indicou o “doutor” Sáenz e Collier o viu como o personagem perfeito para indicar o caminho para as reformas estadunidenses (Ahlstedt, 2015, p. 148; 157). Uma de suas primeiras ações como Comissário foi convidar Moisés Sáenz para fazer um amplo estudo da situação indígena estadunidense na forma de uma consultoria ao BIA. Desde então, Sáenz e Collier se tornaram amigos e passaram a atuar com muita proximidade, concebendo o indigenismo em uma perspectiva continental e não apenas nacional, como mostraremos.

John Collier e Moisés Sáenz: do *Indian New Deal* à perspectiva continental

A formulação do *Indian Reorganization Act* (IRA) – Ato de Reorganização Indígena[4] –, aprovado em 1934, que foi a base das reformas do *Indian New Deal,* foi fruto, em grande medida, da consultoria realizada pelo indigenista mexicano Moisés Sáenz, a pedido de John Collier, logo que este se tornou Comissário. É possível perceber várias influências do indigenismo mexicano pós-revolucionário e, principalmente, das ideias do próprio Sáenz na nova legislação indigenista estadunidense. Podemos destacar como uma questão central do IRA – e que representava uma enorme ruptura dentro do tratamento da questão indígena nos Estados Unidos – a determinação da restauração do caráter comunal das terras indígenas. No cenário estadunidense, o ativismo pró indígena até aquele momento, em geral, defendia simplesmente o respeito aos lotes individuais conferidos aos indígenas dentro das reservas, que era o padrão histórico estadunidense. Somente depois do contato com a realidade mexicana é que John Collier passou a defender a restauração e preservação da estrutura comunal das terras indígenas, de forma semelhante ao que estava ocorrendo no México através da formação dos *ejidos*,[5] previstos na Constituição de 1917.

[4] O IRA previa, entre outras coisas, a posse comunal das terras indígenas; a escolha dos representantes dos conselhos locais das comunidades nativas de acordo com suas tradições; um sistema de crédito agrícola comunitário, direcionado às comunidades, não aos indígenas enquanto indivíduos; a capacitação administrativa, profissional e vocacional dos indígenas e sua preferência para a ocupação de cargos no BIA. O texto completo do *Indian Reoganization Act,* de 1934, encontra-se disponível em: https://leg.mt.gov/content/Committees/Interim/2013-2014/Water-Policy/Meetings/March-2014/1934-Indian_Reorganization_Act.pdf. Acesso em 15/07/2024.

[5] Os *ejidos* previstos na Constituição mexicana de 1917 eram uma forma específica de propriedade da terra, que era cedida pelo Estado em usufruto aos habitantes de terrenos familiares ou terras comunais indígenas. Essa propriedade era hereditária, mas não podia ser vendida, tendo em vista que a lógica da criação desse tipo de propriedade da terra, dentro do processo da Revolução Mexicana, era evitar a formação de latifúndios. Ver a respeito: Artigo 27 da Constituição mexicana de 1917. Apêndice de Córdova (1977).

Em janeiro de 1934, os resultados da consultoria de Sáenz sobre a questão indígena nos Estados Unidos foram apresentados em uma conferência na capital do país. Em sua fala, Sáenz recomendou que o BIA redirecionasse seus esforços da busca pela centralização e eficiência administrava para a concessão de uma maior autonomia aos povos indígenas na organização interna das comunidades, sobretudo através da escolha de seus representantes locais (Ahlstedt, 2015, p. 211-212). Na mesma conferência, Collier incluiu o tema da revogação da chamada Lei de Loteamento (*Allotment Act*), que havia sido aprovada em 1887 e pela qual os territórios indígenas nas reservas foram divididos em lotes individuais, o que ocasionou a desapropriação de grande parte das terras dos povos nativos naquele país. O historiador Preston Roberts Jr. (2010) explica que, na prática, o *Allotment Act* foi uma "política sistemática de erradicação" das formas de organização social indígena, uma política que "condenou os nativos à vida de dependência" em relação às "rações" estatais, situação que foi usada como "arma" por parte do BIA, que negava a ajuda governamental para os nativos que se recusassem a ser assimilados, ou seja, a abandonar sua cultura (Roberts Jr., 2010, p. 8).

A Lei de Loteamento resume, em grande medida, as aspirações do BIA entre meados do século XIX até as primeiras décadas do XX. A política indigenista seguida pelos Estados Unidos nessa época unia, de uma forma quase paradoxal, ideias segregacionistas e, ao mesmo tempo, assimilacionistas em relação aos grupos indígenas. Estes, inicialmente, foram segregados fisicamente nas reservas e, em seguida, submetidos a uma "política de erradicação" de suas culturas, o que envolveu o banimento de tudo o que era considerado como "costume indígena." A política indigenista estadunidense até as primeiras décadas do século XX voltou-se fortemente para a promoção da cultura ocidental entre as crianças indígenas antes mesmo que essas aprendessem as línguas nativas, através de sistemas de educação compulsória que tinham, geralmente, um caráter religioso. As crianças indígenas eram obrigadas a frequentar escolas em regime de internato, fora das reservas, as chamadas *Boarding Schools*, e ali todo e qualquer elemento que remetia às culturas indígenas era condenado e as desobediências punidas inclusive através de castigos físicos (Roberts Jr., 2010, p. 8-9). Foi exatamente esse histórico paradigma indigenista estadunidense que John Collier, enquanto Comissário dos Assuntos Indígenas, buscou combater.

Umas de suas primeiras medidas enquanto Comissário, antes mesmo da aprovação do IRA, foi a promulgação da Circular 2970, intitulada *Religious Freedom and Indian Culture*, apresentada em janeiro de 1934. O documento apontava claramente para

a quebra de paradigma que representaria sua gestão dos Assuntos Indígenas no país. Por meio desse documento, ficou determinada a não interferência nas cerimônias e práticas religiosas indígenas. O documento previa, ainda, como desejável que os grupos indígenas fossem bilíngues e, portanto, não abandonassem suas línguas nativas em detrimento do inglês. Ademais, a circular afirmava que as artes e demais aspectos das culturas indígenas deveriam ser valorizadas por parte do BIA (Talbot, 2006, p. 24). Através de inciativas como a manutenção das línguas indígenas tradicionais, dentro de um projeto biliguista, o novo Comissário de Assuntos Indígenas pretendia ajudar a restaurar o senso de orgulho cultural por parte dos nativos.

Um dos aspectos mais importantes a ser destacado em relação à legislação do BIA no período é que o próprio IRA de 1934 garantia o direito de escolha às comunidades indígenas, que poderiam optar por se vincular ou não ao novo conjunto de medidas oficias. Em cada reserva indígena foi realizada uma votação para determinar a adesão ou não à política oficial do BIA. Ainda na fase de construção da proposta de lei, Collier visitou diversas reservas indígenas do país a fim de angariar apoio dos próprios nativos ao projeto. A partir dessas visitas, o Comissário inseriu no projeto original diversos pontos que visavam atender as reivindicações das próprias comunidades indígenas (Blanchette, 2006, p. 336). Durante o processo de diálogo com estas, Collier recebeu o importante apoio do indígena Antonio Luhan, esposo de sua amiga Mabel Dodge Luhan. Em uma carta enviada a Collier em 1934, ele comentou sobre seus esforços entre as lideranças indígenas para esclarecê-las da importância de aceitarem o IRA:

> Eu disse [a eles, os chefes tribais]: “nós temos um verdadeiro amigo em John Collier. Ele realmente gosta dos índios. No passado, nós tivemos Comissários contra nós, que tentaram acabar com nossas danças e cerimonias religiosas. [...] Agora ele [Collier] olha adiante e como se estivesse construindo uma parede ao nosso redor para nos proteger – e este Wheeler-Howard Bill [outro nome pelo qual o IRA ficou conhecido] é nossa parede. E, nenhum homem branco [...] poderá entrar e tirar de nós nossa terra ou nossa religião, que estão conectadas” (Carta de Antonio Luhan a John Collier reproduzia em Luhan, 2007 [1935], p. 215-220).

Segundo Collier em “*United States Indian Administration as a Laboratory of Ethnic Relations”*, um texto que publicou em 1945, logo após deixar o comissariado, fazendo uma espécie de balanço de sua gestão, as tribos e reservas indígenas que aceitaram ser inseridas na legislação do IRA de 1934 representavam três quartos do total dos nativos do país (Collier, 1945, p. 278).

Em relação à postura de respeito à diversidade cultural indígena, podemos observar que a posição de Collier já se mostrava consolidada antes do contato com o México. Ao longo de toda sua trajetória de atuação em defesa dos grupos indígenas – desde o ativismo da década de 1920, passando pelo período do comissariado e inclusive depois de deixar o cargo –, John Collier nunca defendeu uma perspectiva assimilacionista, que buscasse incorporar o indígena à nação, entendida como culturalmente homogênea, que era o paradigma indigenista hegemônico no período no continente.

Como explica o antropólogo mexicano Gonzalo Aguirre Beltrán (1990), a lógica da "incorporação indígena" era assimilar os indígenas à "civilização", fazendo com que esses se afastassem daqueles traços considerados como negativos e que tanto "repugnam a cultura ocidental", sobretudo suas "crenças religiosas e práticas mágico-religiosas no tratamento das enfermidades", além da "ausência do afã economicista" (Aguirre Beltrán, 1990, p. 156). Dentro desse paradigma, a proposta era que os nativos se tornassem falantes das línguas nacionais, adotassem as culturas ditas nacionais e se tornassem cidadãos de uma "comunidade imaginada" como linguística, religiosa, culturalmente homogênea. Essa era a lógica de se "forjar a pátria", como propunha o antropólogo mexicano Manuel Gamio, inspirando-se no processo da forja de metais, em que se mesclam os diferentes para os unificar (Gamio, 1916).

John Collier, por sua vez, acreditava que era o mundo moderno que se encontrava em crise, enquanto nas sociedades indígenas é que era possível verdadeiramente "experencia[r] a grandeza" da existência. Na sua visão, era a "modernidade degenerada" que deveria aprender "as mensagens e lições indígenas" se quisesse ser transformada para alcançar a "renovação da personalidade humana" (Collier, 1960 [1947], p. 30; 41). Ao contrário de muitos indigenistas da época, a preocupação com a preservação das especificidades culturais dos grupos indígenas sempre foi um ponto central da atuação de John Collier, o que se relacionava com sua crítica à "modernidade degenerada" pelo "homem tecnológico", como já mostramos. Apesar de o indigenismo decorrente da Revolução Mexicana ter sido a principal referência em sua atuação como Comissário, principalmente no que dizia respeito à defesa da posse comunal das terras indígenas, acreditamos que a visão indigenista do estadunidense também pode ter impactado o mexicano Moisés Sáenz e contribuído para a grande mudança de sua perspectiva indigenista, que ocorreu precisamente na década de 1930. Sáenz se afastou do paradigma da "incorporação indígena", que antes defendia, para chegar ao que ele, em

sua última obra, chamou de “integracionsimo” e que tem muita semelhança com a perspectiva indigenista de John Collier.

Moisés Sáenz, durante boa parte de sua atuação indigenista no México, até o início da década de 1930, havia defendido a mesma perspectiva incorporacionista que era o paradigma dominante na época e pretendia assimilar os indígenas à nação, basicamente a partir da ocidentalização. Foi essa a visão na qual baseou sua atuação na organização das escolas rurais mexicanas e também seu trabalho como enviado oficial do governo mexicano para desenvolver estudos sobre a questão indígena nos Andes, no início dos anos 30, o que culminou na publicação de duas obras, que trazem a perspectiva da “incorporação indígena” até nos títulos: *Sobre el indio peruano* e *Sobre el indio ecuatoriano y su incorporación al medio nacional*. Ambos os livros sobre a região andina foram publicados em 1933, antes de seu contato com Collier e a realização da consultoria nos Estados Unidos.

Mas a partir da segunda metade da década de 1930, podemos perceber que ocorre uma grande mudança na visão indigenista de Moisés Sáenz, a qual se consolidou por volta do fim da década e marcou profundamente seu projeto de construção de um órgão indigenista continental, que veio a ser o I.I.I., idealizado por ele e apoiado de forma entusiasta por John Collier. A mudança de paradigma operada por Sáenz foi apresentada por ele em seu último livro, intitulado *México íntegro*, publicado em 1939. Em seu “*Recado de presentación*”, texto de abertura da obra, o mexicano apresenta de maneira muito clara tal mudança: “Convencido dos males da uniformidade, […] me declaro a favor do pluralismo cultural, integrado pelo conceito de uma Pátria grande e ligado a um sistema econômico justo e eficaz” (Sáenz, 2007 [1939], p. 33). Ao final do livro, apresenta de forma contundente sua crítica ao paradigma da incorporação e a nova proposta de “integração” que passava a defender:

> Uma adequada teoria social teria que ser contrária à fórmula da “incorporação”. Ela seria recusada por [ser] simplista e por se basear em um conceito mecanicista do processo [social] [...], [pois] supõe uma espécie de amálgama no qual o conglomerado mexicano absorveria as unidades indígenas. [...] O processo social não é [...] um processo mecânico nem pode ter analogia com as combinações químicas. [...]
> Em vez da incorporação, se impõe a tese da integração. Não incorporar o índio, mas integrar o México. [...] Integrar, estabelecendo a base física, a comunicação material, combatendo o isolamento [...]. Integrar no plano cultural, não vendendo fragmentos de civilização nem impondo marcos de cultura [...]. [Uma] integração política [que seja] mais que escrever estatutos e formular jurisprudências, [que seja] o esforço diário para tornar a justiça social um fato. [...] [O índio], mais do que um problema especial

> [deve ser] simplesmente uma questão humana [...]. Em suma, um capítulo da integração do México (Sáenz, 2007 [1939], p. 145-146).

Percebemos nessas palavras uma crítica tácita à perspectiva de Manuel Gamio e sua lógica da "forja" cultural em analogia à mescla de metais. Mas a crítica de Moisés Sáenz não era apenas em relação a Gamio, mas sim contra o paradigma indigenista hegemônico na época. Como se pode observar, o integracionismo proposto por Sáenz em sua última obra, publicada em fins dos anos 30, tinha a mesma lógica pluralista do indigenismo de John Collier. Juntos, o mexicano e o estadunidense passaram a atuar no cenário continental a partir desse modelo indigenista progressista, que era antagônico àquele então hegemônico no continente.

O indigenismo de John Collier e Moisés Sáenz nos inícios do Instituto Indigenista Interamericano

Segundo John Collier, em um texto de homenagem a Moisés Sáenz, publicado logo após sua morte inesperada, em fins de 1941, no *Boletín Indigenista*, que era uma das publicações oficiais do I.I.I., ele próprio teria sido, aparentemente, a primeira pessoa com quem Sáenz havia compartilhado sua ideia de criar um órgão indigenista continental, quando ambos estavam juntos na casa do mexicano. De acordo com Collier, "foi na casa do Dr. Sáenz, em Taxco, onde nasceu a ideia de fundar o Instituto Indigenista Interamericano" (BI, nº 2, nov. 1941, p. 11).

O pressuposto da ideia de se fundar um órgão indigenista continental era o entendimento de que a questão indígena era um elemento em comum à maioria dos países americanos e, por essa razão, deveria ser pensada em uma perspectiva continental, visando uma ação conjunta desses países. A partir desse entendimento, Sáenz e Collier, além de outros indigenistas ligados ao governo mexicano encabeçado por Lázaro Cárdenas (1934-1940), organizaram, já no último ano de governo deste, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que foi realizado em abril de 1940 na cidade mexicana de Pátzcuaro, no estado de Michoacán, de onde o presidente era originário e onde tinha sido governador antes de ser presidente.

O Congresso recebeu amplo apoio de Cárdenas e foi oficialmente convocado por seu governo, tornando-se o primeiro passo para a formação de uma instituição indigenista continental. Como explica a historiadora Laura Giraudo (2011), que estudou a formação do I.I.I., a partir do Congresso de Pátzcuaro, foram definidas uma série de atividades para a nova instituição, como "a reunião e difusão de informações acerca dos indígenas, o

trabalho científico, a celebração de reuniões periódicas, a coordenação das políticas indigenistas [em âmbito continental] e a promoção de filiais [de institutos indigenistas nacionais] nos países [do continente].” A autora destaca ainda que, por meio de “fundos adicionais”, fornecidos em parte por John Collier, como Comissário estadunidense, e em parte pelo governo Cárdenas, Moisés Sáenz pôde convidar para o evento personalidades ligadas a uma visão indigenista mais progressista – como o boliviano radicado no Peru, Gamaliel Churata; os escritores peruanos Uriel García e José María Arguedas; e o escritor equatoriado Jorge Icaza –, que dificilmente seriam enviadas por seus governos ao evento como representantes oficiais (Giraudo, 2011, p. 22; p. 38-9).

Apesar da dificuldade de se conciliar diferentes perspectivas indigenistas a partir de um órgão que pretendia reunir indigenistas de todo o continente, de um modo geral o projeto que originou o I.I.I. teve bastante êxito. O Congresso de Pátzcuaro conseguiu uma resposta quase que unânime dos países americanos, sendo que somente Paraguai e Canadá não mandaram representantes oficiais para o evento. No próprio Congresso foi estabelecida a criação do I.I.I, que foi organizado por um Comitê Executivo, que contou com a participação de indigenistas de vários países. Além de Moisés Sáenz, como primeiro diretor da instituição, outro mexicano que integrou o Comitê foi o historiador Luis Chávez Orozco; além deles, estava o escritor guatemalteco Carlos Girón Cerna, que atuou como secretário do Comitê; outro representante da Guatemala foi o advogado David Vela; o próprio John Collier participou do Comitê representando os Estados Unidos; os escritores Uriel García e Antonio Díaz Villamil, representando o Peru e a Bolívia, respectivamente; e o Brasil também foi representado no Comitê Executivo do I.I.I. pelo antropólogo Roquette Pinto (Giraudo, 2011).

O I.I.I. passou a funcionar poucos meses após o Congresso de Pátzcuaro e uma de suas primeiras ações foi dar início a suas publicações oficiais, a revista *América Indígena,* que foi sua principal publicação e teve o primeiro número em outubro de 1941, e o *Boletín Indigenista*, criado poucos meses antes, em agosto de 1941. Como mostrou Natally Dias (2018), o I.I.I. conseguiu articular em torno de si e de suas publicações uma importante rede transnacional de indigenistas que envolveu a participação de intelectuais dos mais diversos países do continente, mesmo de Paraguai e Canadá, que não tiveram participação oficial no Congresso de Pátzcuaro.

Moisés Sáenz foi o primeiro diretor do I.I.I. e de sua revista *América Indígena* (AI). Ele chegou a organizar o primeiro número da revista, mas morreu inesperadamente em outubro de 1941, no mesmo mês da primeira edição da revista. Portanto, o primeiro

número da revista AI foi o único dirigido por Sáenz, por isso ele é uma fonte histórica muito relevante para se entender o projeto inicial da instituição. John Collier teve sua primeira participação na revista AI exatamente nessa edição inicial, como representante dos Estados Unidos no Comitê Executivo que estava organizando o I.I.I. e que foi o órgão editor da primeira edição da revista. Collier publicou um importante artigo, que apareceu na revista em espanhol, ao contrário da grande maioria dos seus textos posteriores, que foram publicados em AI em inglês.

O texto de Collier foi intitulado *"Nuevos conceptos sobre la unidad Indígena"* e apareceu como o primeiro artigo assinado da revista, logo após o editorial de apresentação da nova instituição. O estadunidense procurou destacar o que via como a "unidade" da questão indígena continental e, portanto, a necessidade não só dos indigenistas trabalharem em conjunto, mas dos próprios indígenas conceberem a sua luta não de forma isolada, mas "como parte de uma corrente histórica." Para o então Comissário de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos e representante de seu país no Comitê Executivo do I.I.I., a criação da instituição continental representava o fim do "isolamento" (Collier, AI, nº1, out. 1941, p. 11).

No referido artigo, Collier enfatizou algumas das resoluções tomadas no Congresso de Pátzcuaro como direcionamentos para todo o continente. É muito significativo observar quais foram os pontos destacados por ele, posto que a *Ata Final* do Congresso é constituída por mais de setenta temas. (*Acta Final del Primer Congreso Indigenista Interamericano*, 1948 [1940].) O que ele destacou, em primeiro lugar, foi "o reparto de terras" e frisou que a recomendação do Congresso era de que os governos do continente "dit[assem] as medidas necessárias, de acordo com a *equidade e a justiça*, para corrigir qualquer abuso" nos países "onde existia o regime de concentração de terras." O segundo ponto destacado por Collier no texto foi "a defesa da cultura indígena." Ele ressaltou que a recomendação do Congresso era de que os países "oferece[ssem] as mais amplas oportunidades de desenvolvimento das capacidades dos grupos indígenas, com o *objetivo de que suas culturas tradicionais não desaparecessem* e servissem para enriquecer o acervo cultural não apenas de seus países, mas da cultura mundial" (Collier, AI, out. 1941, p. 12. grifos nossos).

Nesses dois pontos destacados pelo estadunidense em seu artigo, podemos perceber muito claramente o embasamento da proposta do I.I.I. no indigenismo pluralista defendido por ele e por Moisés Sáenz. Primeiramente, a ideia do "reparto de terras" como base da justiça social, que sempre havia sido enfatizada por Sáenz – mesmo quando

ainda defendia o paradigma da incorporação – e que foi reiterada dentro de sua proposta integracionista de fins dos anos 30; junto a isso, a ideia da diversidade cultural humana como um valor em si mesma, que era algo marcante no pensamento de Collier e seu indigenismo pluralista.

Outro ponto fundamental do indigenismo que havia décadas era defendido pelo estadunidense – e que foi um dos pilares do Congresso de Pátzcuaro e dos inícios do I.I.I. – e também foi evidenciado em seu texto da primeira edição de AI, foi a centralidade do protagonismo indígena. Além de destacar algumas recomendações do Congresso Indigenista, como mostramos, o então Comissário de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos também usou o espaço do seu artigo na revista da instituição continental para reproduzir o discurso do intelectual indígena D'Arcy McNickle, que havia sido um dos representantes da delegação indígena dos Estados Unidos no Congresso de Pátzcuaro e trabalhava no BIA durante a sua gestão.

A fala de McNickle reproduzida por Collier tinha sido proferida, no ano anterior, em 1940, como um discurso na Universidade de Oklahoma. O indigenista estadunidense afirmou que reproduzia em seu texto as palavras do intelectual indígena porque elas eram muito mais apropriadas do que qualquer coisa que ele próprio pudesse escrever sobre o indigenismo que se propunha a partir da fundação do I.I.I. As palavras de McNickle reproduzidas por Collier foram as seguintes:

> Agora, finalmente, aquele contínuo esforço histórico de transformar os índios em homens brancos – o esforço não era, em seu propósito principal, de fundi-los juntamente, mas de destruir um dos elementos, o índio, na intenção de substituir [sua cultura] o mais completamente possível por uma [que lhe era] estranha –, aquele esforço já não nos satisfaz como objetivo. Já não nos satisfaz a proteção paternal. Já não nos satisfaz defender a superioridade do branco. [...] Ao contrário, chegamos agora – e cada vez mais nos últimos anos – a dar-nos conta de que apesar de todas as coisas trazidas aos indígenas de fora, algumas não eram e não podiam ser importadas porque já estavam aqui. [...] Espiritualmente, as ideias podem ser substituídas, mas quem se atreveria a dizer que estas [as europeias] eram ideias superiores? No plano da invenção social, o europeu não pôde melhorar o alcançado pelos índios. A tradição indígena de participação democrática já era uma velha tradição quando os primeiros europeus chegaram aqui. [...]
>
> Olhando para além de nossas próprias fronteiras, nos damos conta de que a população indígena do hemisfério é uma população vital e crescente [...]. Já não pensamos em uma raça aborígene que está acabando. Ao contrário, a vemos como um elemento ativo [...]. Principalmente, não estamos mais seguindo uma política negativa e de retraimento; já não estamos receitando [um remédio] para um agonizante. O índio não vai desaparecer, não vai ser absorvido pela população em geral nem vai se

> extinguir racialmente. Essas suposições da geração anterior mostraram não ter base na qual se apoiar e o esforço da geração anterior resultou infrutífero. O índio recusou entregar-se biologicamente e recusou ceder culturalmente. Portanto, qualquer projeto que fizermos hoje terá que ser um projeto positivo para somar recursos a uma população sujeitada e crescente [...], para nos libertar de coações e pressões que minaram nosso conceito de índio durante gerações inteiras (McNickle, AI, out.1941, p. 13-14).

Essa fala do intelectual indígena estadunidense é muito representativa do projeto indigenista pluralista, do qual ele próprio fazia parte enquanto um representante dos povos nativos no BIA, que vinha sendo levado a cabo pela instituição durante o comissariado de John Collier e que também passava a ser difundido, sob a liderança de Moisés Sáenz, como uma proposta continental. Ao colocar as palavras do "membro da tribo *Flathead* de Montana", como McNickle costumava se apresentar, dentro da sua própria intervenção na revista oficial do I.I.I., Collier passava aos leitores a ideia de que a visão apresentada pelo indígena estadunidense era a mesma da direção da nascente instituição indigenista continental. Segundo o Comissário estadunidense e representante de seu país no Comitê Executivo do I.I.I., as palavras que ele transcrevia de "um índio da Tribo dos Cabeças Chatas (*Flathead)*", apresentavam uma ideia que era "tão simples quanto profunda e sua aplicação essencial não apenas para os EUA, mas para todos os indígenas do continente" (Collier, AI, out. 1941, p. 11).

Como comentou Natally Dias (2018) a respeito dessa fala de McNickle apresentada na primeira edição de AI, não apenas suas palavras, mas a própria reprodução delas na revista "permite identificar seu protagonismo [indígena] como algo advogado pela [nascente] instituição indigenista." Nessa fala "aparece uma crítica indireta às formulações racialistas [e] evolucionistas de um futuro desaparecimento físico e cultural do indígena, o que McNickle identifica a uma 'geração anterior', ou seja, como ideias ultrapassadas". Em sua fala, "saltam aos olhos" um discurso de "valorização das identidades autóctones e da presença dos indígenas enquanto tais na reordenação de toda uma ordem social, política e cultural considerada injusta" (Dias, 2018, p. 248-249).

A participação dos próprios indígenas no projeto indigenista interamericano é algo de grande importância a se destacar e vai de encontro com as interpretações mais correntes sobre o indigenismo como um discurso de não-indígenas a respeito destes, no qual os nativos não são mais que destinatários ou objetos. Como destacou Laura Giraudo (2017), essa visão hegemônica sobre o indigenismo é limitada e não permite "reabilitar [...] o papel de sujeitos competentes que foi desempenhado por um conjunto significativo

de *indígenas indigenistas* nas primeiras décadas da constituição do indigenismo como campo social interamericano." Como mostra a autora, a presença nativa pode ser observada desde o Congresso de Pátzcuaro, sobretudo pela participação de delegações indígenas enviadas por alguns países. Embora apenas três países tenham enviado delegações indígenas – o México, país sede, com 32 integrantes, seguido pelos Estados Unidos, com uma delegação composta por 14 indígenas, e o Panamá com apenas 1 –, houve também a presença de indígenas que acompanharam as delegações oficiais de seus países, caso da delegação chilena, que tinha entre seus membros dois representantes mapuche (Giraudo, 2017, grifos nossos).

Mas é importante destacar que o Congresso de Pátzcuaro não contou com o apoio apenas de indígenas que puderam estar presentes no evento. Até mesmo lideranças nativas cujos países não enviaram delegações oficias para o Congresso demonstraram não apenas conhecer, mas também apoiar o projeto indigenista continental. Esse foi o caso de *Great White Owl*, um indígena pertencente ao grupo Lenni Lenape, do Canadá, representante do "Concílio Indígena Fogo do Canadá", que não pôde estar presente – o Canadá não enviou nenhum representante ao Congresso –, mas enviou uma carta para ser lida no evento. Segundo os editores da segunda edição de AI, a referida carta foi lida em uma "memorável sessão" do Congresso, causando grande "emoção", pois não se tratava apenas de uma voz indígena vinda do Canadá, mas "era a voz indígena de toda a América expressada fervorosamente por um [...] índio, um alto poeta." Depois de ser lida na reunião de Pátzcuaro, ela foi, então, reproduzida nas páginas da revista oficial do I.I.I., "cumprindo a recomendação aprovada [no Congresso], de que essa mensagem do *Grande Tecolote Branco* [*Great White Owl*] [...] seria dada a conhecer em toda a América" (AI, Editorial, jan. 1942, p. 5).

A carta do indígena do Canadá foi publicada, em inglês e espanhol, como editorial da 2ª edição de AI, de janeiro de 1942. Nesse texto, o indígena do Canadá, por um lado, lamentou a condição de vida dos grupos autóctones e a perda do orgulho por sua própria cultura ao longo da história. Mas, por outro lado, mostrou ter esperança no futuro dos indígenas e no projeto indigenista continental representado pelo Congresso de Pátzcuaro. Ele terminou sua carta da seguinte forma:

> Em um dia não distante, talvez, quando sairmos da neblina e das cinzas do passado, levantaremos um novo povo. Essa é minha mensagem para os trinta milhões de índios de sangue puro que vivem nas Américas. E, ao concluir esta carta, como um dos cento e doze mil quinhentos e dez índios do Canadá, lhes saúdo do fundo do coração, para desejar-lhes o melhor

> êxito no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. (Carta de *Great White Owl* ao presidente do Comitê Executivo do I.I.I. Editorial, AI, jan. 1942, p. 7).

Ao publicar a carta de *Great White Owl* como um texto editorial, a direção da revista – na época representada pelo mexicano Anselmo Mena, após a morte de Sáenz e ainda antes de Manuel Gamio se tornar o novo diretor – apresentou a fala do indígena do Canadá como parte do posicionamento oficial do I.I.I., afirmando que fazia dessa mensagem um "intérprete do sentimento indigenista, que deve[ria] ser essencialmente fundado na expressão do próprio índio" (AI, nº 2, jan. 1942, p. 5). Podemos observar que o protagonismo indígena era, portanto, um elemento central do indigenismo propagado pelo I.I.I. em seus inícios e expressava, em grande medida, as concepções de Moisés Sáenz e John Collier, os dois principais idealizadores desse projeto continental.

Considerações finais

Como mostramos, um dos aspectos mais centrais do indigenismo defendido por John Collier ao longo de sua trajetória foi a consideração do indígena enquanto um sujeito histórico ativo, protagonista de suas próprias transformações sociais. Sua atuação como indigenista, desde os anos 20, havia se construído sobre a lógica do protagonismo dos grupos indígenas dos Estados Unidos, que deveriam ser apoiados, não conduzidos, pelos indigenistas. Essa concepção marcou seu comissariado no BIA, quando o órgão oficial empregou um significativo número de indígenas. Segundo Steven J. Novak (1990), em 1940, dos 5.000 funcionários empregados pelo BIA, 3.0000 eram indígenas, totalizando um percentual de 60%, ou seja, a maioria dos funcionários (Novak, 1990, p. 646). Além dos dados quantitativos, é importante frisar também o incentivo dado por Collier ao protagonismo dos nativos. Como observa Philip S. Deloria (1995), durante o período de seu comissariado, "uma geração ou mais de líderes indígenas firmaram o compromisso de trabalhar para o BIA"; esses líderes buscavam "ajudar seu povo" e encontravam incentivos por parte de Collier e do BIA, ao estimular que "indígenas administrassem seus próprios assuntos" (Deloria, 1995, p. 197).

Um dos casos mais representativos relacionados a esse contexto é a trajetória de D'Arcy McNickle, aquele intelectual indígena que teve seu discurso reproduzido por Collier na 1ª edição da revista AI. McNickle, que na época trabalhava no BIA, se tornou uma das mais importantes lideranças indígenas estadunidenses, tendo sido um dos articuladores do pioneiro *National Congress of American Indians* (NCAI), de 1944, e, quase duas

décadas mais tarde, da *American Indian Chicago Conference* (AICC), de 1961, que esteve na base do movimento *Red Power*.[6]

Ao contrário de John Collier, como destacamos, as ideias indigenistas de Moisés Sáenz estiveram em profunda transformação durante a segunda metade da década de 30 e sua nova visão apareceu expressa em sua última obra, *México íntegro*, publicada em 1939, pouco antes de seu falecimento precoce, em 1941. A nova perspectiva adotada por Sáenz, que era muito semelhante à que Collier sempre defendeu, demarcava um tipo de indigenismo que valorizava o respeito à alteridade dos grupos autóctones e seu protagonismo político e social. Esse foi, de fato, o indigenismo que deu origem ao I.I.I., muito embora a trajetória da instituição tenha se encaminhado, nos anos seguintes, para uma perspectiva muito distante do projeto original.

Após a morte de Moisés Sáenz, Manuel Gamio ascendeu à direção da instituição indigenista continental, em 1942. Gamio era, naquele momento, possivelmente o mais reconhecido representante do antigo "paradigma da incorporação", que era o hegemônico no continente e ainda o foi por décadas no I.I.I.

Referências

Aguirre Beltrán, G. (1990). *Crítica antropológica: Hombres e ideas*. FCE.

Ahlstedt, W. T. (2015). *John Collier and Mexico in the shaping of U.S. Indian policy, 1934–1945* [Dissertation of Doctorate, The Graduate College of the University of Nebraska]. https://digitalcommons.unl.edu/historydiss/82/

Altamirano, C. (2006). *Intelectuales: Notas de investigación*. Grupo Editorial Norma.

Blanchette, T. G. (2006). *Cidadãos e selvagens: Antropologia aplicada e administração indígena nos Estados Unidos, 1880–1940* [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ].

Collier, J. (1923, 2 de dezembro). Indian dances defended. *The New York Times*, 8. https://www.nytimes.com/

Collier, J. (1945, setembro). United States Indian administration as laboratory of ethnic relations. *Social Research*, (12), 265–303.

Collier, J. (1960). *Indios de las Américas* (Original publicado em 1947). Fondo de Cultura Económica.

Collier, J. (1963). *Every zenith: A memoir and some essays on life and thought*. Sage Books.

[6] Sobre a trajetória intelectual de D'Arcy McNickle e sua relação com a participação no BIA durante a gestão de Collier, ver: SANTOS, 2024.

Córdova, A. (1977). *La ideología de la Revolución Mexicana*. Era.

Deloria, P. S. (1995). The era of Indian self-determination: An overview. In K. R. Philp (Ed.), *Indian self-rule: First accounts of Indian-White relations from Roosevelt to Reagan*. Utah State University Press. https://www.jstor.org/stable/j.ctt46nr85

Dias, V. N. (2018). América Indígena e Boletín Indigenista: As publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941–1945). In V. A. Costa & C. Maíz (Eds.), *Nas tramas da "cidade letrada": Sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais* (pp. 233–265). Editora Fino Traço.

Gamio, M. (1916). *Forjando patria: Pro-nacionalismo*. Porrúa.

Giraudo, L. (2011). Un campo indigenista transnacional y casi profesional: La apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In L. Giraudo & J. M. Sánchez, *La ambivalente historia del indigenismo: Campo interamericano y trayectorias nacionales, 1940–1970* (pp. 21–98). IEP.

Giraudo, L. (2017). "Soy indígena e indigenista": Repensando el indigenismo desde la participación de algunos, no tan poco, indígenas. In M. C. Santos & G. G. Felippe (Eds.), *Protagonismo ameríndio de ontem e hoje*. Paco Editorial.

Imízcoz, J. M. (2011, dezembro). Redes sociales y correspondencia epistolar: Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, 21*(4), 98–138.

Imízcoz, J. M. (2017). El paradigma relacional: Actores, redes, procesos para una historia global. In M. Bertrand, F. Andújar & T. Glesener (Eds.), *Gobernar y reformar la monarquía: Los agentes políticos y administrativos en España (siglos XVI–XIX)* (pp. 65–80). Albatros.

Instituto Indigenista Interamericano. (1941a, outubro). *América Indígena: Órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano* (n.º 1).

Instituto Indigenista Interamericano. (1941b, novembro). *Boletín Indigenista* (n.º 2).

Instituto Indigenista Interamericano. (1948, março). *Acta final del Primer Congreso Indigenista Interamericano celebrado en Pátzcuaro, México, abril de 1940*. Suplemento del Boletín Indigenista.

Luhan, A. (2007). My dear John Collier. In M. D. Luhan, *Winter in Taos* (pp. 215–220). Sunstone Press. (Original publicado em 1935).

Moura, G. (1988). *Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. Brasiliense.

Novak, S. J. (1990). The real takeover of the BIA: The preferential hiring of Indians. *The Journal of Economic History, 50*(3), 639–654.

Philp, K. R. (1977). *John Collier's crusade for Indian reform, 1920–1954*. University of Arizona Press.

Roberts, P., Jr. (2010). *The Indian New Deal: And why it was needed*. Pro Seminar, University of South Florida. http://legacy.usfsm.edu/academics/cas/capstone/2009-2010/history/roberts%20%20the%20indian%20new%20deal%20and%20why%20it%20was%20needed.pdf?from=404

Sáenz, M. (2007). *México íntegro* (Original publicado em 1939). Cien de México.

Santos, G. G. dos. (2021). *O indigenismo de John Collier na revista América Indígena: Órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941–1963)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História].

Santos, G. G. dos. (2024, julho). Tecendo o *Red Power*: Uma análise das origens do movimento a partir do *Indian New Deal* e a trajetória de D'Arcy McNickle. *Revista de História da UEG, 13*(12), 1–19.

Saunier, P.-Y. (2013). Introduction. In *Transnational history* (pp. 1–13). Palgrave Macmillan.

Talbot, S. (2006). Spiritual genocide: The denial of American Indian religious freedom, from conquest to 1934. *Wicazo Sa Review, 21*(2), 7–39. https://www.jstor.org/stable/4140266?seq=1

Tannenbaum, F. (1924). Mexico: A promise. *The Survey, III*(3).

Tenorio-Trillo, M. (1991). Viejos gringos: Radicales norteamericanos en los años treinta y su visión de México. *Secuencia*, 95–116.

Weinstein, B. (2013). Pensando la historia más allá de la nación: La historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. *Memoria Académica*, UNLP, 1–14.

NOTAS

AUTORIA
Natally Vieira Dias: Doutora. Professora Associada, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil.
Guilherme Gomes dos Santos: Doutorando. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Av. Colombo, 5790 – Jardim Universitário – Maringá-PR. CEP: 87020-900.

ORIGEM DO ARTIGO
Em partes extraído da dissertação – O indigenismo de John Collier na revista *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano* (1941-1963), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, em 2021.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA
Concepção e elaboração do manuscrito: N. V. Dias, G. G. dos Santos.
Coleta de dados: N. V. Dias, G. G. dos Santos.
Análise de dados: N. V. Dias, G. G. dos Santos.
Discussão dos resultados: N. V. Dias, G. G. dos Santos.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES
Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS
Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT
O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO
©Natally Vieira Dias e Guilherme Gomes dos Santos. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES
Alexandre Busko Valim, Fábio Augusto Morales, Daniela Capri

HISTÓRICO
Recebido em: 28 de junho de 2024
Aprovado em: 12 de agosto de 2026
Publicado em: 23 de outubro de 2026

Como citar: Dias, N. V., & Santos, G. G. dos. (2026). O indigenismo de John Collier e Moisés Sáenz e as origens progressistas do Instituto Indigenista Interamericano (1933-1941). *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–23.